



Conselho da Justiça Federal

PORTARIA Nº 037, DE 27 DE MAIO DE 2009.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2009, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA

ANEXO
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.689.007	13.965	8.702.972
Pessoal Ativo	8.063.375	13.019	8.076.394
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.942	0	1.942
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	3.686.399	10.027	3.696.426
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.375.034	2.991	4.378.025
Pessoal Inativo e Pensionistas	625.632	946	626.578
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	4.452.444	12.591	4.465.034
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	595	0	595
Decorrentes de Decisão Judicial	3.671.094	10.027	3.681.122
Despesas de Exercícios Anteriores	202.908	1.884	204.792
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	577.846	679	578.525
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.236.563	1.374	4.237.938
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			420.877.832
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	1,006602%	0,000327%	1,006928%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		6.868.592
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		6.525.162

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 3.696.426.931,89 (três bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos) referentes a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta;

3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 2.027.889,16 (dois milhões, vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos) com sentenças judiciais de inativos e pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EVA MARIA FERREIRA BARROS
SECRETÁRIA-GERAL